

Organizadores

Patrícia Espíndola de Lima Teixeira

Michelle Jordão Machado

Marcelo Bonhemberger

Camila da Silva Fabis

(Re)
Significações
do

Ensino Médio

e Protagonismo Juvenil:
Tessituras Curriculares

Organizadores

Patrícia Espíndola de Lima Teixeira

Michelle Jordão Machado

Marcelo Bonhemberger

Camila da Silva Fabis

(Re)
Significações

do

Ensino Médio

e Protagonismo Juvenil:
Tessituras Curriculares

 ediPUCRS

PORTO ALEGRE

2022

© EDIPUCRS 2022

CAPA Camila Borges

DIAGRAMAÇÃO Camila Borges

REVISÃO Texto Certo

Edição revisada segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R433

(Re)significações do ensino médio e protagonismo juvenil
[recurso eletrônico] : tessituras curriculares / Patrícia
Espíndola de Lima Teixeira ... [et al.] organizadores. – Dados
eletrônicos. – Porto Alegre : ediPUCRS, 2022.
1 Recurso on-line (424 p.)

Modo de acesso: <<http://editora.pucrs.br>>
ISBN 978-65-5623-262-1

1. Ensino médio. 2. Jovens. 3. Educação. I. Teixeira, Patrícia
Espíndola de Lima

CDD 23. ed. 373

Lucas Martins Kern CRB-10/2288

Setor de Tratamento da Informação da BC-PUCRS.

Todos os direitos desta edição estão reservados, inclusive o de reprodução total ou parcial, em qualquer meio, com base na Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, Lei de Direitos Autorais.

 **ediPUCRS**

Editora Universitária da PUCRS

Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 33
Caixa Postal 1429 – CEP 90619-900
Porto Alegre – RS – Brasil
Fone/fax: (51) 3320 3711
E-mail: edipucrs@pucrs.br
Site: www.pucrs.br/edipucrs

TRAJETÓRIAS JUVENIS E EDUCAÇÃO: O DESAFIO DE SER JOVEM DIANTE DO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO

Giovane Antonio Scherer
Gisele Ribeiro Seimetz
Maurício da Silva César

Trajetórias são construções históricas que se fazem em todos os momentos da vida humana, envolvendo múltiplas dimensões e experiências, sendo concebidas nas teias das relações sociais estabelecidas ao longo do tempo. Tais trajetórias são construídas em todo e qualquer momento histórico, estando relacionadas com a ideia de percursos, realizada por todos os sujeitos que fazem história e auxiliam na construção do tempo histórico de que fazem parte. As juventudes constroem suas trajetórias com uma particularidade: essas se consolidam na busca de autonomia diante de uma conjuntura que impõe diversos desafios para esse processo. Nesse sentido, o objetivo do presente capítulo é contribuir para a reflexão acerca das trajetórias juvenis, compreendendo seus desafios contemporâneos, especialmente diante de uma crise de caráter estrutural, agravada na conjuntura contemporânea pela pandemia de COVID-19.

Para tanto, busca-se dialogar com os dados da pesquisa coordenada pelo Observatório Juventudes PUCRS, que tinha como objetivo “compreender os processos curriculares experienciados nos colégios e unidades sociais Maristas, a partir das percepções dos(as) jovens es-

tudantes do Ensino Médio” (UMBRASIL; OBSERVATÓRIO JUVENTUDES PUCRS/REDE MARISTA; OBSERVATÓRIO DAS JUVENTUDES PUCPR, 2020, p. 7). O capítulo tece algumas reflexões tendo como base as falas das/os jovens tanto nos grupos focais como nos resultados da análise dos questionários *online* autoaplicáveis respondidos pelas/os estudantes de Ensino Médio. As linhas que seguem analisam a relação entre trajetória juvenil e política de educação, sem se furta do posicionamento crítico que envolve a discussão sobre a temática das juventudes, realizando esse diálogo que envolve um tempo histórico datado, o que implica uma análise que não está descolada da realidade social que o Brasil está vivenciando – de pandemia –, cujo cenário político demarca ainda mais agravantes.

Sobre a pesquisa, este eixo de análise envolve as trajetórias juvenis que dizem respeito desde a complexidade sobre “ser jovem” até questões relacionadas a elementos “cotidianos” que revelam o debate a ser realizado levando em consideração os desdobramentos que a realidade vai materializando, revelando as principais angústias e desafios para as/os jovens entrevistadas/os. Os questionamentos sobre as “trajetórias juvenis” são transversais à pesquisa, ao mesmo tempo que estão já no primeiro momento de realização dos grupos focais, mais voltados para aproximação com os sujeitos participantes.

A discussão será centrada nas trajetórias juvenis, demarcando esse lugar de heterogeneidade de incertezas impostas ao momento presente, seguindo a análise em relação aos processos de educação e se contrapondo ao modelo formal, exclusivamente voltado para o mundo do trabalho. Destacam-se as possibilidades de identificar os espaços de protagonismo e de resistências vivenciados pelas juventudes, sendo possível identificar nas falas das/os jovens esses movimentos. É desse complexo de relações e processos sociais que se identificam, nos projetos de vida, as contradições entre o que se

deseja pela própria juventude e o que a sociedade de modo geral elabora de expectativas para esse segmento social.

1 Trajetórias Juvenis: Heterogeneidade de Percursos em Tempos de Incertezas

Ser jovem é o grande desafio... Assim inicia uma das falas de um/a jovem entrevistada/o na investigação, demonstrando o contexto complexo no qual se inserem as juventudes no tempo presente. Em uma época em que as desigualdades sociais e violências, de todas as naturezas, ampliam-se, especialmente potencializadas por um contexto pandêmico, analisar as trajetórias juvenis, e tudo que a elas se relaciona, constitui-se em uma necessidade. Para a análise, mostra-se fundamental realizar o exercício de abandonar as “lentes adultocêntricas”, de cunho positivista, que, em grande parte das vezes, são acionadas para analisar tais trajetórias, uma vez que, segundo um dos jovens entrevistados *“nós [jovens] não temos uma sociedade pronta para dialogar com a juventude, aberta às nossas sugestões, à nossa participação”*. Para Góis (2013), o adultocentrismo pode ser definido como um conjunto de ideias e atos preconceituosos dirigidos a jovens, que são frequentemente infantilizadas/os, uma vez que a juventude, enquanto um estado de incompletude, necessita ter o seu comportamento tutelado constantemente e é um grupo visto como objeto e não como sujeito da ação.

A compreensão de trajetórias juvenis – nesse sentido – precisa estar calcada em diversos pressupostos para que as juventudes sejam compreendidas para além de visões que não dialogam com as reais necessidades e desejos desse segmento social. Um dos pressupostos fundamentais na perspectiva da compreensão de trajetórias juvenis se constitui na necessidade de contrapor a ideia da juventude como uma fase preparatória para a vida adulta, como um “vir a ser” fundamentada na passagem e incompletude.

A ideia da juventude como um momento de *passagem*, ou *fase*, é algo muito presente em diversos espaços, porém, tem-se a necessidade de questionar: *qual o momento da vida humana não se calca em uma transitoriedade?* A vida de todas as pessoas é construída de diversos momentos, experienciados pelos sujeitos de múltiplas formas, congregando dimensões *singulares* (que compõem a história de vida de cada um), de elementos que são *particulares* (que relacionam aos marcadores sociais que o compõem, tendo relações com base em questões étnico-raciais, de gênero, identidade sexual, dentre outros elementos); sendo atravessados por dimensões *estruturais* (que dizem respeito ao modelo econômico vigente). Em nenhum momento do seu desenvolvimento, a complexidade da vida humana é passível de ser enquadrada em fragmentos, em uma perspectiva *etapista*.

A juventude, sendo assim, constitui-se como um processo durante o qual são vivenciadas múltiplas transformações – tanto no sentido biológico como social –, em que ocorre o desenvolvimento intenso da autonomia do sujeito caracterizando-se de inúmeras formas, como a “possibilidade de venda da sua força de trabalho, constituição de novas relações afetivas e familiares, desenvolvimento de processos identitários”, no que diz respeito à construção de autonomies (SCHERER, 2017, p. 90-91). Evidentemente, tais processos de constituição de autonomies não podem ser compreendidos por uma perspectiva homogênea, uma vez que a juventude compõe um grupo diverso (ESTEVES; ABRAMOVAY, 2007), sendo necessário compreender os múltiplos elementos que compõem as trajetórias das juventudes, e, conforme Groppo (2016), fazer uma intersecção com outras categorias sociais e condicionantes históricos.

A compreensão da juventude como um processo que não pode ser apreendido de forma homogeneizada se constitui em importante elemento na análise desse segmento social e de suas trajetórias de

vida. Tais afirmações não desconsideram a necessidade de estabelecer parâmetros etários, especialmente na perspectiva de construção de ações concretas, em termos de políticas públicas¹, para esse segmento social, compreendido como sujeito de direitos. Considerando a existência do direito à juventude, legalizado no Brasil pela Lei n. 12.852 (BRASIL, 2013), que dispõe sobre o Estatuto da Juventude (EJUVE), são consideradas jovens as pessoas entre 15 e 29 anos. Tal estatuto se constitui como um importante marco na luta para todas/os as/os jovens brasileiros; além de indicar uma série de direitos que esse segmento social possui, reconhece legalmente a necessidade de ações específicas para sujeitos nessa faixa etária (SCHERER, 2018).

A juventude, nessa perspectiva, é compreendida como um momento de vida que se relaciona à construção de autonomias, o que se torna extremamente desafiador atualmente. As trajetórias das juventudes no contexto contemporâneo são marcadas por uma heterogeneidade que se relaciona com os múltiplos elementos que compõem o universo juvenil, sendo que a sua análise se mostra como um grande desafio pela necessidade de não se limitar por compreender esse segmento social *em si mesmo*, descolado do contexto sócio-histórico que incide nas relações sociais que são estabelecidas entre os sujeitos na sociedade em seu atual estágio.

Pais (2006) refere que – nas décadas imediatas às do pós-guerra – as transições para a vida adulta assemelhavam-se às viagens em estrada de ferro nas quais as/os jovens, dependendo da sua classe social, gênero e qualificações acadêmicas, tomavam diferentes comboios com destinos previamente determinados, sendo que as oportunidades para mudar de destino ou trajeto eram limitadas. Posteriormente, as transições vivenciadas por jovens eram mais

¹ Constituem-se em políticas de ação que visam atender necessidades sociais cuja resolução ultrapassa a iniciativa privada, individual e espontânea, e requer deliberada decisão coletiva regida por princípios de justiça social que, por sua vez, deve ser amparada por leis garantidoras de direitos (PEREIRA, 2009).

comparadas a viagens de automóvel, uma vez que o condutor se encontra em condição de selecionar o seu itinerário de viagens em um vasto número de alternativas, em função da sua experiência ou intuição. Porém, atualmente, não são mais as condições do motorista que garantem uma condução ajustada a rotas predeterminadas.

A metáfora abordada por Pais (2006) faz uma alusão ao contexto atual, quando os sujeitos – aparentemente – possuem inúmeras possibilidades de escolhas entre diversas atividades referentes ao mundo do trabalho, porém, devido às transformações societárias das últimas décadas, que acarretam o acirramento das condições de trabalho, essas “escolhas” acabam sendo escassas em meio a uma conjuntura cada vez mais precarizada. Evidentemente, dependendo, especialmente da classe social, tais possibilidades de construção de trajetórias juvenis se tornam cada vez mais reduzidas.

Isso se confirma ao analisar as falas das/os jovens participantes da pesquisa, sendo que, para estudantes dos colégios privados, o período da juventude está relacionado com “aproveitar a vida” e “autoconhecimento”, já para estudantes de unidades sociais² a “preparação para o futuro” foi a preocupação mais mencionada com relação à concepção de “ser jovem”. Esses resultados estão diretamente vinculados ao debate de classe social, uma vez que a concepção de juventude ligada à preparação para a vida adulta se revela mais desafiadora para as juventudes que venciam um contexto de vulnerabilidade social, sendo mais complexa e dificultosa a inserção laboral desses segmentos sociais.

A esse respeito, Dayrell (2016, p. 7) afirma que:

² As Unidades Sociais da Rede Marista são espaços voltados para crianças, adolescentes, jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social, geralmente localizados em territórios com altos índices de violência.

O trabalho faz as juventudes! Essa constatação, aparentemente óbvia, revela uma faceta da realidade brasileira na qual milhões de jovens se inserem desde muito cedo no mundo do trabalho, interferindo diretamente na forma como se constroem socialmente como jovens, interferindo nas relações que estabelecem com a família, com os amigos, delimitando o tempo livre e o lazer, disputando o tempo da escola, dentre outras consequências! Ao lado da sua condição como jovens, alia-se a da pobreza, numa dupla condição que interfere diretamente na trajetória de vida e nas possibilidades e sentidos que assumem a vivência juvenil.

O que fica evidente na análise das falas das/os entrevistadas/os na pesquisa é o contexto de tensão e medo com relação ao futuro, que está diretamente vinculado a essa inserção no mundo do trabalho, muitas vezes de maneira bastante precária. As/os jovens, quando questionadas/os acerca do que é *ser jovem* na atualidade, têm suas respostas centralizadas também na associação de “futuro” e “pressão”. Outras expressões aparecem em evidência, como “amadurecer”, “exaltação dessa fase da vida”, “adquirir responsabilidades”, “desafio e risco”, “conquistas a autonomia”, “decepções”, “desafios e compromissos” (UMBRASIL; OBSERVATÓRIO JUVENTUDES PUCRS/REDE MARISTA; OBSERVATÓRIO DAS JUVENTUDES PUCPR, 2020, p. 39). Nesse sentido, observam-se, de forma nítida, os desafios da construção de autonomias diante de tempos de enormes questionamentos para esse segmento social. As falas das/dos jovens também revelam a pressão presente nas trajetórias juvenis, como *“tem muita pressão para o nosso futuro, tem muita pressão para o que a gente vai ser, como a gente vai chegar lá”* (Estudante de Colégio).

Tal conjuntura repleta de pressão tende a ser agravada, principalmente diante de uma perspectiva, cada vez mais, de maior de desemprego e precarização das relações de trabalho em que vive a juventude brasileira de forma intensa, acentuada diante de uma crise

sanitária. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) expõe a maior concentração de desemprego para as juventudes, sendo que indica, no terceiro trimestre de 2020, a existência de cerca de 14 milhões de pessoas desempregadas no Brasil; desse total, 69,8% estão na faixa etária de 14 a 39 anos (IBGE, 2020). Assim, muitas/os jovens enfrentam grandes dificuldades em se inserir no mercado de trabalho, acessando atividades laborais precárias que proporcionam com pouca ou nenhuma estabilidade.

Esse cenário afeta transversalmente todas as juventudes, inclusive os segmentos com maior escolarização. Para Alves (2013), as transformações do mundo do trabalho precarizado impactam a massa flutuante de trabalhadores denominado “precariado”, que cresce. Essa camada é constituída por jovens empregadas/os e desempregadas/os do novo mundo do trabalho, recém-graduadas/os e com alto nível de escolaridade, mas que não consegue inserir-se em relações laborais estáveis, sendo contratadas/os em formas atípicas e instáveis de vínculos trabalhistas, que disfarçam as relações empregatícias (ALVES, 2013). O precariado se encontra exposto a uma incerteza crônica, tendo pela frente uma vida de desconhecidas incógnitas em relação à sua inserção no mundo do trabalho e acesso a direitos (STANDING, 2014), uma vez que possui seus direitos flexibilizados e desmantelados.

De modo implícito ou explícito, as juventudes ouvidas pela pesquisa, independente da sua inserção em colégios privados ou unidades sociais, revelam angústia com relação ao futuro e a esse contexto, em particular diante de um cenário bastante instável presente em sua inserção laboral. As demandas para as juventudes na contemporaneidade têm mudado, principalmente no que se refere ao mundo do trabalho, o que gera inúmeras tensões e inseguranças. Nos grupos focais, evidencia-se a preocupação de “precisar” decidir o que será do resto de suas vidas, levando a inúmeros questionamentos.

Conforme Abramo (2007, p. 79):

A juventude, vista como categoria geracional que substitui a atual, aparece como retrato projetivo da sociedade. Nesse sentido, condensa as angústias, os medos assim como as esperanças, em relação às tendências sociais percebidas no presente e aos rumos que essas tendências imprimem para a conformação social futura.

O segmento juvenil sente grande responsabilidade pelos rumos do futuro, ao mesmo tempo que recai também sobre jovens o encargo, a culpa pela não adequação às expectativas das quais não participaram. Então, ser jovem é também construção social, que perpassa distintos processos sócio-históricos de inúmeras maneiras diferentes. As trajetórias de vida constituem um contínuo processo de desenvolvimento em todos os momentos, escolhas, mudanças de rumo e percepções são sempre uma constante, pois a vida humana constitui um processo social (SCHERER, 2017). Pensar nas trajetórias de vida implica compreender que os percursos são trilhados pelos sujeitos, também socialmente, sendo que existem inúmeras situações cujos rebatimentos podem se dar no todo daquela pessoa ou daquele grupo social específico, de modo que é fundamental também atentar às expressões de resistências e superação.

No eixo “vivências e trajetórias juvenis” da pesquisa, encontram-se as questões de 1 a 4 do roteiro de entrevista de grupo focal, buscando identificar “o jovem hoje”. Além das percepções mais gerais apresentadas anteriormente, busca-se entender as relações mais cotidianas, constitutivas das trajetórias das pessoas entrevistadas. Quando questionadas/os sobre o que gostam de fazer, afirmam: praticar esportes; ler; assistir filmes, séries e televisão; escutar música; e estar com amigos/as, nesta ordem quanto à incidência das respostas.

Quando se referem ao seu cotidiano, o envolvimento com as atividades escolares mostra-se massivo em relação ao restante das atividades; para 62% das/os jovens participantes dos grupos focais, a escola é central. Ao serem questionadas/os sobre o cotidiano, as/os jovens referem que este é pautado por atividades escolares (40%), seguido de atividades extracurriculares (22%)³. Evidencia-se, num contexto de formação voltada para o trabalho, o não acesso ao lazer como parte fundamental do desenvolvimento desses sujeitos, reforçando ainda mais a “pressão” em tempo integral para as expectativas de “futuro”, tão mencionadas ao longo das entrevistas realizadas.

Observa-se que as trajetórias de vida são perpassadas por diferentes esferas da vida social, de modo que o dado apresentado se destaca enquanto uma preocupação de jovens entrevistadas/os, uma vez que também questionam a finalidade dessa formação, os conteúdos e a aplicabilidade prática ao longo da vida (como educação sobre uso do dinheiro, cálculo de juros, tarefas de reparos domésticos, dentre outros). Esse cenário de questionamento ao atual modelo de ensino passa a ter um importante agravamento no atual cenário de pandemia, principalmente para a realidade brasileira, em que seus rebatimentos têm se revelado avassaladores.

O cenário geral no Brasil é bastante complexo e ainda demandará muita pesquisa; centrado em dados gerais sobre educação, o Relatório INESC (2021) aponta que houve uma redução de orçamento em 2020 em relação ao do de 2019 e redução de orçamento desses dois anos em relação aos anos anteriores. Dentre as ações com recursos cortados ou zerados mal planejados estão: EJA, bolsas permanência e a realização do ENEM na pandemia (provocando

³ As outras respostas para a questão 2 referem-se a descanso e entretenimento no final de semana (12%), cotidiano dividido entre escola e tempo livre em casa (11%), atividade física como parte do cotidiano (10%), trabalho como parte do cotidiano (5%), de um total de 111 respostas (UMBRASIL; OBSERVATÓRIO JUVENTUDES PUCRS/REDE MARISTA; OBSERVATÓRIO DAS JUVENTUDES PUCPR, 2020).

uma abstenção inédita de 50%) e com previsão de não realização em 2021. Se não houvesse tais cortes orçamentários – sem considerar possibilidades de aumento –, poderia haver a redução da distância no ensino para estudantes que não contam com acesso à internet, por exemplo (INESC, 2021).

Nesse panorama, ainda não sabemos dados reais sobre a evasão escolar, uma vez que muitas crianças e adolescentes foram obrigados a contribuir com a renda familiar, tendo assumido atividades laborais, que certamente competem com a vida escolar (INESC, 2021, p. 34).

Os dados analisados não estão descolados da realidade social em que esta juventude está inserida, ao mesmo tempo que demarcam um tempo histórico pré-pandemia, de modo que é possível identificar mudanças significativas desde já. Assim, as trajetórias juvenis são constituídas em meio a inúmeros desafios, especialmente em tempos pandêmicos, que agudizam as angústias com relação a um futuro marcado de incertezas. É importante considerar que, apesar do contexto de mundo incerto, as trajetórias juvenis são também construídas por meio de resistências, na perspectiva da construção de projetos de sociedade calcados em compromissos coletivos ou como demonstra a fala de uma jovem participante:

[...] tem um compromisso muito grande com a nossa geração de tentar promulgar as mudanças que queremos e, também, o compromisso histórico com aqueles jovens que já lutaram tanto para que hoje a gente tenha conquistado algo.

Nesse sentido, o próximo item tratará do papel da educação na perspectiva da formação integral juvenil.

2 A Educação nas Trajetórias Juvenis: Desafios Contemporâneos

Na construção de trajetórias juvenis, muitos são os elementos que as compõem e que impactam em seus processos de consolidação. Dentre esses elementos, a educação se constitui como uma mediação fundamental para o desenvolvimento humano, e parte essencial nas trajetórias juvenis. A educação consiste em um processo de formação cultural do ser, sob a forma individual e/ou coletiva, oportunizando ao ser humano desenvolver a capacidade de formar conhecimentos e interagir no mundo (HIRO, 2011). A educação, na concepção de Freire (1996), é um elemento fundante na constituição da autonomia humana como uma forma que possibilita ao ser humano a discussão corajosa de sua problemática, com diálogo constante com o outro e em uma perspectiva crítica.

Compreendida como um direito social, a educação se consolida a partir de diversas bases legais como a Constituição Federal (BRASIL, 1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), assim como o Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013). Essas garantem e reafirmam, legalmente, a educação como um direito social que oportuniza o pleno desenvolvimento das pessoas, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

São várias as acepções e funções atribuídas à educação e à escola. Segundo Amado (2011), a educação fundamenta-se em uma jornada de aperfeiçoamento realizada por membros de uma comunidade humana com a ajuda e o apoio de outras pessoas que fazem parte da mesma comunidade, promovendo o desenvolvimento individual, social e cultural, oferecendo a todos um patrimônio comum (espiritual, material, entre outros muitos), que vale a pena ser transmitido.

Ao pensarmos a educação numa acepção mais ampla do que simplesmente à da escolarização, entende-se que outros espaços sociais, tais como as associações, os grupos informais, as redes online, os coletivos culturais, artísticos e esportivos, entre outros, constituem-se como lócus em que os jovens também aprendem e se socializam através dos processos ali desenvolvidos (LACERDA; AMARAL, 2018, p. 92).

A educação possui natureza complexa, servindo também como mecanismo de socialização entre professores, estudantes, familiares e comunidade escolar, indo além dos processos relacionados à escolarização. Nesse sentido, a pesquisa evidencia que a juventude compreende o espaço escolar para além de um lugar de “transmissão de saberes”. Com base no número de ocorrências das categorias que expressam a opinião das/os estudantes sobre “o que a escola é para você”, é possível perceber que a maior parte das/os jovens considera a escola como “espaços de construção de vínculos afetivos e socialização”, seguido de um “espaço de formação integral do ser”.

Com relação à construção de vínculos afetivos e de socialização, mostra-se fundamental compreender a escola como um espaço de vivências múltiplas que possibilitam a compreensão do outro em todas as suas diversidades. A fala de uma jovem participante da pesquisa é ilustrativa quando refere que *“não existisse escola, como que as pessoas iam socializar com as outras? Como que elas iam descobrir a diversidade? Como que elas iam descobrir as etnias? Entendeu? Isso que eu acho que é a escola”*.

Em uma sociedade que cada vez mais carrega consigo sementes de intolerância, mostra-se fundamental o exercício do convívio com as diferenças, em uma perspectiva da valorização das experiências diversas, sendo um aspecto extremamente valorizado pelos jovens nos grupos focais. Como discute Netto (2007), a igualdade opõe-se à desigualdade, nunca à diferença; à diferença o que se opõe é a

indiferença, sendo que é necessário que os indivíduos sociais se desenvolvam explicitando as suas autênticas diferenças: imprescindível para a igualdade social.

Em relação ao convívio com a diferença na escola, o Relatório Gráfico da Pesquisa (UMBRASIL; OBSERVATÓRIO JUVENTUDES PUCRS/REDE MARISTA; OBSERVATÓRIO DAS JUVENTUDES PUCPR, 2020) questionou as/os participantes se haviam sofrido *bullying* e se tinham visto episódios de *bullying* por características físicas, opiniões diferentes, dificuldade de aprendizagem, condições econômicas, gênero, religião, cor da pele, orientação sexual e etnia. Dos que sofreram *bullying*, a maioria relata tê-lo enfrentado pelas seguintes situações: características físicas (59,31%); opiniões diferentes (43,95%); dificuldade de aprendizagem (28,01%), condições econômicas (13,37%), questões de gênero (12,81%), religião (11,74%), cor de pele (9,98%), orientação sexual (8,09%) e etnia (5,31%). Os dados apontam para a necessidade do fomento do debate às diversidades, compreendendo a convivência como as diferenças e a tolerância enquanto elementos essenciais para o enfrentamento a toda e qualquer situação de discriminação. Nesse sentido, é papel da educação trabalhar com a diversidade, compreendendo as suas relações e mediações com a lógica da valorização do outro, dialogando com a perspectiva de direitos humanos, conforme previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, pelo Parecer CNE/CP n. 8/2012 (MEC, 2012).

Outro aspecto valorizado pelas/os jovens entrevistadas/os diz respeito à valorização da *educação integral*; segundo Maurício (2009), a educação integral reconhece a pessoa como um todo e não como um ser fragmentado, sendo que esta integralidade se constrói por linguagens diversas, em variadas atividades. A educação integral se contrapõe à tendência de redução da educação à qualificação profissional, muito presente em tempos de massificação do ensino.

O acirramento das condições de existência imposto pela lógica do capital, a exigência de melhor qualificação para o mundo do trabalho, acarretou competição e concorrência generalizadas em diversas esferas da vida, apontando para uma necessidade maior tempo de formação e permanência na escola (SCHERER, 2020), sendo essa, em grande parte das vezes, uma redução da preparação para o mercado de trabalho.

As falas das juventudes e o conteúdo dessas nas respostas evidenciam a necessidade de construção de um projeto de ensino que possa colocar em pauta questões do tempo presente, buscando uma formação que faça múltiplas mediações com a realidade concreta, na perspectiva de cumprir com o objetivo maior de um projeto formativo: de contribuir com o desenvolvimento humano, em uma direção crítica. Isso não significa desconsiderar a importância de pensar as trajetórias laborais e a preparação para inserção profissional enquanto elementos importantes no âmbito da inserção laboral juvenil.

As juventudes entrevistadas demonstram sua preocupação com uma educação de qualidade, sendo que essa serve como ferramenta na construção do pensamento crítico e tem como centralidade o desenvolvimento integral dos sujeitos (SCHERER, 2018). Além disso, evidencia-se a importância da construção de canais de participação juvenil nos processos educativos, uma vez que:

Ter voz mais ativa em seus processos educativos, que sejam ouvidos em suas realidades e trajetórias, que possam ser levados a transformar a realidade escolar da qual fazem parte e não sejam apenas meros agentes passivos de algo que já lhes vem predefinido. E isso não somente no âmbito do cotidiano escolar, mas também da construção das políticas públicas de educação e da efetivação desta como direito inalienável (LACERDA; AMARAL, 2018, p. 102).

Nessa realidade, mostra-se como de extrema importância a construção de instrumentos de participação das juventudes nos processos educativos, em uma perspectiva contrária da lógica *adultocêntrica*. As/os jovens participantes da pesquisa evidenciam esse aspecto, sendo que a maior parte das/os participantes da investigação ressaltou, ao serem questionadas/os sobre como foi participar do grupo focal, a sensação positiva ao serem ouvidas/os e protagonizar mudanças. A participação, na perspectiva do protagonismo juvenil, constitui-se como elemento essencial na perspectiva do trabalho com juventudes. O real protagonismo juvenil pode ocorrer quando são desenvolvidas, por exemplo, atividades centradas na noção de que os jovens são colaboradoras/es e partícipes nos processos educativos que com elas/es se desenvolvem (ABRAMO, 2007), e não em ações prescritivas de uma participação baseada na noção da ação individual.

A educação, no âmbito das trajetórias juvenis, é elemento fundamental na perspectiva da contribuição da construção de projetos de vida. Enquanto um direito fundamental que deve ser exercido na lógica da integralidade, possibilita reflexão acerca do tempo presente e dos desafios cotidianos, levando em consideração a voz das juventudes. Ela é um instrumento de grande potência na perspectiva que pode fazer florescer possibilidades junto com as juventudes, em tempos áridos e repletos de desafios.

3 À Guisa de Conclusão

Diante de um contexto com diversas formas de violências e desigualdade social ampliadas pela pandemia mundial de COVID-19, ser jovem é um desafio complexo. Mesmo com alguns avanços materializados com o Estatuto da Juventude (EJUVE), conquistado diante de muitos processos de lutas que reconhecem legalmente a juventude como um segmento social sujeito de direitos, há a necessidade de

ações específicas na faixa etária entre 15 e 29 anos. As juventudes ainda se depararam com ideias negativas e preconceituosas de que a juventude seria como uma fase de maturação biológica, uma perspectiva etapista de preparação para se inserir no mercado de trabalho, ou, ainda, preparação para a vida adulta, como um “vir a ser”, com uma imagem de incompletude que compõem o adultocentrismo.

Na construção e consolidação das trajetórias juvenis marcadas pela heterogeneidade, a educação tem fundamental papel de mediação para desenvolvimento, construção de autonomia, elaboração de conhecimentos, formação cultural individual e coletiva em uma perspectiva crítica. Em meio a inúmeros desafios, dentro de um contexto de mundo incerto agravado pelos tempos pandêmicos, é papel da educação discutir as situações de *bullying* que ocorrem e são observadas na escola e, no convívio com a diferença, ultrapassar e combater questões que envolvam qualquer tipo intolerância e preconceitos por características físicas, opiniões diferentes, dificuldade de aprendizagem, condições econômicas, gênero, religião, cor da pele, orientação sexual, etnia, entre outros.

Os processos educativos devem levar em consideração a voz, a efetiva participação das juventudes no convívio com as diferenças, a valorização das experiências diversas na perspectiva de possibilitar a construção de projetos de ensino e de sociedade. Essa construção de projetos deve colocar em pauta questões do tempo presente, fazendo múltiplas mediações com a realidade concreta e principalmente que atenda aos interesses desse segmento social e esteja em consonância com a perspectiva dos direitos humanos. Pensar as trajetórias juvenis no contexto contemporâneo é tecer, junto com esses sujeitos, possibilidades de construção de projetos de vida e futuro, sendo a educação, em uma perspectiva crítica, elemento central nesse processo.

Referências

- ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *In: FÁVERO, O. et al. (org.). Juventude e Contemporaneidade*. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. p. 73-92.
- ALVES, G. A. P. Crise Estrutural do Capital, Maquinofatura e Precarização do Trabalho: a questão social no século XXI. *Textos & Contextos*, v. 12, n. 2, p. 235-248, dez. 2013.
- AMADO, J. Ciências da educação: que estatuto epistemológico? *Revista Portuguesa de Pedagogia*, p. 45-55, jan. 2011.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 jan. 2022.
- BRASIL. *Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990*. Brasília: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 18 jan. 2022.
- BRASIL. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 18 jan. 2022.
- BRASIL. *Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013*. Brasília: Presidência da República, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 18 jan. 2022.
- DAYRELL, J. Prefácio. *In: FILGUEIRAS, C. A. C.; MEDEIROS, R. (org.). Jovens, trabalho e políticas públicas*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2016. p. 7-10.
- ESTEVES, L. C.; ABRAMOVAY, M. Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas. *In: ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E.; ESTEVES, L. C. (org.). Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Brasília: UNESCO; MEC, 2007. p. 19-54.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 14. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GÓIS, J. B. H. A (difícil) produção da intersectorialidade: comentários a partir de ações públicas para a juventude. *Textos & Contextos*, v. 12, n. 1, p. 128-141, jan./jun. 2013.
- GROPPO, L. A. *Juventudes: Sociologia, cultura e movimentos*. Alfenas: Universidade Federal de Alfenas, 2016.

HIRO, C. D. Uma trincheira chamada educação: o papel da educação no contexto da luta de classes. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 11, n. 125, p. 69-76, out. 2011.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (INESC). *Um país sufocado: Balanço do Orçamento Geral da União 2020*. Brasília: INESC, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *PNAD Contínua: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2020*. Brasília: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 1 fev. 2022.

LACERDA, M. P. C.; AMARAL, M. F. Juventudes e direito à educação: aproximações a um tema complexo. In: PERONDI, M. et al. (org.). *Infâncias, adolescências e juventudes na perspectiva dos direitos humanos: onde estamos? Para onde vamos?* Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018. p. 89-104.

MAURÍCIO, L. V. Políticas públicas, tempo, escola. In: COELHO, L. M. C. (org.). *Educação integral em tempo integral: estudos e experiências em processo*. Petrópolis: Mauad, 2009. p. 53-68.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). *Parecer CNE/CP n. 8/2012*. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10389-p-cp008-12-pdf&category_slug=marco-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 18 jan. 2022.

NETTO, J. P. Desigualdade, pobreza e Serviço Social. *Em Pauta*, n. 19, p. 135-170, 2007.

PAIS, J. M. Buscas de si: Expressividades e Identidades Juvenis. In: ALMEIDA, M. I. M.; EUGENIO, F. (org.). *Culturas Jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 07-24.

PEREIRA, P. A. P. *Política Social: temas & questões*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SCHERER, G. A. *Juventudes, (In)segurança e políticas públicas: a proteção social no Brasil*. Curitiba: Juruá, 2017.

SCHERER, G. A. Ponto de partida ou de chegada? Reflexões em torno da construção do estatuto da juventude e os desafios à sua implementação. In: PERONDI, M. et al. (org.). *Infâncias, adolescências e juventudes na perspectiva dos direitos humanos: onde estamos? Para onde vamos?* Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018. p. 63-88.

SCHERER, G. A. Notas sobre juventude, classe social e política. *Argumentum*, v. 12, n. 1, p. 22-31, jan./abr. 2020.

STANDING, G. O precariado e a luta de classes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 103, p. 9-24, maio 2014.

UNIÃO BRASIL MARISTA (UMBRASIL); OBSERVATÓRIO JUVENTUDES PUCRS/ REDE MARISTA; OBSERVATÓRIO DAS JUVENTUDES PUCPR (org.). *Relatório Gráfico da Pesquisa: Vamos falar do Ensino Médio? Os (as) jovens estudantes e suas percepções de currículo no Brasil Marista*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020. Disponível em: <http://www.umbrasil.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Pesquisa-Vamos-falar-sobre-Ensino-M%C3%A9dio.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021.